

FIESP quer pacote com desindexação

São Paulo — Um pacote econômico sem uma desindexação da economia “não terá a eficiência esperada. O Governo precisa mostrar que esse não é o penúltimo pacote, mas o último”. A declaração é do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), empresário Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que ontem, após a reunião executiva da diretoria da entidade, comentou as medidas que “possivelmente” o Governo adotará esta semana.

Segundo ele, um pacote sem desindexação representará “outra penalização para os assalariados”. Luís Eulálio defendeu a aplicação de um redutor de 10% no INPC,

ORTNS etc., para dar eficiência às medidas: “A inflação é mais perversa, para o assalariado, que a aplicação de um redutor de 10%.

Depois de manter contatos com o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e com o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, o presidente da FIESP falou sobre as possíveis medidas que o Governo adotará esta semana como forma de reduzir o déficit público. Segundo Vidigal — que é membro do Conselho Monetário Nacional — o custeio agrícola para o Norte e Nordeste terá um aumento de 40% para 70% da correção monetária, mais juros de 3% e na região Centro-Sul

será elevado de 60% para 85% da correção monetária mais juros de 3%.

Quanto à exportação, o presidente da FIESP adiantou que os subsídios passarão para 70% da correção monetária, mais 3% de juros, a partir de primeiro de outubro deste ano (hoje o percentual é de 40%), e a garantia de incentivos fiscais será mantida até abril de 1984. O limite quantitativo do crédito será extinto a partir de 1º de outubro, mas é possível que o Governo libere antes para o setor privado.

Leia editorial “Palavra Empenhada”
